**Operadora:**

Bom dia e obrigada por aguardarem. Sejam bem vindos à teleconferência da CESP para a discussão dos resultados referentes ao 2T08. Estão presentes a Presidência da CESP, a Diretoria e assessores.

Informamos que este evento está sendo gravado e que todos os participantes estarão apenas ouvindo a teleconferência durante a apresentação da Companhia, e, em seguida, iniciaremos a sessão de perguntas e respostas, quando maiores instruções serão fornecidas. Caso algum dos senhores necessite de assistência durante a teleconferência, queira, por favor, solicitar a ajuda de um operador, digitando *0.

Este evento também está sendo transmitido simultaneamente pela Internet, via *webcast*, podendo ser acessado no endereço www.cesp.com.br/ri/, onde se encontra a respectiva apresentação. A seleção dos slides será controlada pelos senhores. O replay deste evento estará disponível logo após seu encerramento.

Antes de prosseguir, gostaríamos de esclarecer que eventuais declarações que possam ser feitas durante esta teleconferência, relativas às perspectivas de negócios da CESP, projeções e metas operacionais e financeiras, constituem-se em crenças e premissas da diretoria da Companhia, bem como em informações atualmente disponíveis. Considerações futuras não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer.

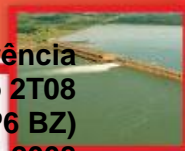
Investidores devem compreender que condições econômicas gerais, condições da indústria e outros fatores operacionais podem afetar o desempenho futuro da CESP e podem conduzir a resultados que diferem materialmente daqueles expressos em tais considerações futuras.

Agora, gostaríamos de passar a palavra para a Diretoria Executiva da CESP. Senhores, podem prosseguir.

Guilherme Augusto Cirne de Toledo:

Obrigado, e bom dia a todos. Gostaria de agradecer, inicialmente, a participação de todos vocês nesta nossa teleconferência sobre os resultados do 2T08. Estão presentes, hoje, aqui conosco o Dr. Guilherme Cirne de Toledo, Presidente, o Dr. Vicente Okazaki, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Dr. Vilson Christofari, Diretor de Geração e Comercialização da CESP, além de outros assessores. Iniciaremos nossa apresentação no slide dois, onde podemos visualizar os principais destaques do período e que comentaremos com mais detalhes na seqüência.

Neste segundo slide, verifica-se que o EBITDA do trimestre foi de R\$282 milhões, comparado aos R\$259 milhões do 2T07; as vendas de energia cresceram 11% em comparação com o 2T07, chegando a R\$720 milhões no exercício; a receita operacional líquida evoluiu para R\$602 milhões no 2T08, crescimento de 11% em relação ao mesmo período de 2007; nosso resultado do serviço totalizou R\$162 milhões no 2T08, comparativamente a R\$139 milhões no 2T07, evoluindo 16% no período.



O lucro líquido do 2T08 foi de R\$98 milhões, com crescimento de 108% comparado aos R\$47 milhões registrados no 2T07. Nossa dívida líquida foi reduzida em 3,5%, alcançando R\$5,6 bilhões. E, por final, foi aprovada a destinação aos acionistas a título de antecipação de juros sobre o capital próprio no valor de R\$45 milhões.

Movendo, agora, ao slide de número três, apresentamos os destaques operacionais e financeiros da Companhia. A receita operacional bruta do 2T08 atingiu R\$721 milhões, um aumento de 11% em relação ao mesmo período de 2007, que foi de R\$646 milhões. O aumento decorreu, basicamente, do maior volume e melhores preços no ambiente de contratação no mercado livre. A receita operacional líquida foi de R\$602 milhões, um incremento de 11% em relação ao 2T07. O resultado da dívida, como mencionado no slide anterior, totalizou R\$162 milhões no 2T08, um aumento de 16% comparado ao 2T07, principalmente devido ao aumento da receita operacional, como mencionado, e diminuição no item outras despesas. O nosso EBITDA alcançou R\$282 milhões, com margem de 46,8%.

Já o lucro líquido foi de R\$98 milhões, um incremento de mais de 100% se comparado ao 2T07, principalmente decorrente do aumento da receita operacional e das variações cambiais positivas do trimestre.

Passando, agora, ao slide de número quatro, podemos observar a evolução da receita operacional bruta, que cresceu 11% na comparação trimestre a trimestre, totalizando R\$721 milhões no 2T08. Houve um aumento de 13% nas deduções da receita, devido principalmente ao aumento nos valores de tributos sobre as receitas operacionais. Como resultado desses fatores, a receita operacional líquida alcançou R\$602 milhões no 2T08, novamente 11% superior aos R\$541 milhões do 2T07.

Quanto à origem das receitas, é possível observar que 43% das vendas no 2T08 referem-se ao fornecimento de energia a consumidores livres e contratos de suprimento a agentes comercializadores; esse nível foi de 45% no 2T07. Além disso, os leilões de energia em ambiente regulado representaram 49% dessas receitas, comparativamente a 47% representado no 2T07; e os restantes 8% são provenientes de energia de curto prazo comercializada no mercado spot, no mesmo patamar do que registramos no 2T07.

Passando, agora, ao slide cinco, podemos observar no gráfico, que a CESP vendeu, em contratos, 7,9 milhões de MWh comparativamente aos 7,7 milhões de MWh do 2T07, portanto apresentando um crescimento de 2%. No entanto, houve um aumento de 9% no preço médio faturado, devido a melhores preços no ambiente de contratação livre que evoluíram de R\$76,78 para R\$83,44 por MWh.

No slide seis, podemos observar que, comparativamente ao 2T07, as despesas operacionais como percentual da receita líquida diminuíram em 1,2 p.p., totalizando R\$440 milhões, principalmente devido ao maior nível de provisões operacionais no trimestre.

Passando, agora, ao slide sete, mostramos que o EBITDA da CESP registrou R\$282 milhões no 2T08, um aumento de 9% quando comparado ao 2T07. Nossa margem EBITDA atingiu 46,8%. O EBIT cresceu 16%, chegando a R\$162 milhões, devido principalmente ao resultado não operacional da Companhia.



No próximo slide, slide oito, os indicadores mostram um aumento de 9% no preço médio do MWh entre o 2T08 e o 2T07.

No slide nove, pode-se observar a abertura do resultado financeiro, onde houve redução nas despesas com juros dos encargos das dívidas de aproximadamente 22%. A redução sistemática do nosso endividamento tem propiciado a diminuição das despesas financeiras líquidas (excluída as variações cambiais) que no 2T08 foram 12% inferiores ao 2T07.

A variação do câmbio gerou efeito positivo de aproximadamente R\$188 milhões, devido à valorização do Real frente ao Dólar e frente ao Euro. O resultado financeiro líquido do 2T08 foi de R\$11 milhões, comparado à despesa de R\$29,4 milhões apresentada no 2T07.

No slide de número dez, verifica-se que a CESP vem mantendo seus esforços na adequação de sua estrutura de capital, reduzindo seu endividamento. Atualmente, 68% das obrigações financeiras da Companhia são em Reais e 32%, denominados em moeda estrangeira. Houve uma pequena redução de 3,5% na dívida líquida, totalizando aproximadamente R\$5,6 bilhões ao final de junho de 2008.

Finalmente, no slide nove, eu gostaria de agradecer a presença de todos aqui presentes, e abrir a sessão para perguntas e respostas, onde nossa Diretoria estará à disposição de vocês. Obrigado.

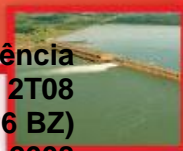
Maria Carolina Carneiro, Raymond James:

Bom dia a todos. Na verdade, eu vou fazer duas perguntas. A primeira é em relação ao pedido que vocês fizeram juntamente com o acionista controlador junto ao MME. Eu queria saber o embasamento legal de vocês estarem pedindo, agora, mudança no prazo, se é que eu entendi bem, do contrato de concessão atual e, no caso, quais perspectivas que vocês têm em relação a esse pedido em termos de prazo e procedimentos que agora devem ser tomados pelo Ministério para analisar esse pedido.

A segunda pergunta é em relação ao nível de provisões que vocês apresentaram nesse trimestre, se vocês poderiam falar um pouco mais, abrir um pouco mais o que realmente está contabilizando aí, se a gente pode esperar um nível de provisão diferente para os próximos trimestres, ou seja, se não é recorrente esse nível de hoje. Obrigada.

CESP:

Bom dia. Primeiro, respondendo a sua primeira pergunta, o que nós podemos dizer é o seguinte: nós encaminhamos uma correspondência ao Ministério de Minas e Energia, que basicamente argumenta que as concessões de Ilha Solteira e Jupia foram renovadas em 2004, antes do leilão para o mercado regulado, e foram renovadas com o prazo de 20 anos retroativo a 1995. Na interpretação jurídica da nossa assessoria jurídica, o que nós entendemos é que essa renovação deveria ter sido feita por 20 anos a partir de 2004, conseqüentemente até 2024, e uma vez que essa previsão de renovação retroativa a 1995 existe na lei, referente apenas a distribuição e é omissa no caso da geração, e um decreto presidencial modificou a lei complementando ou permitindo que a renovação se desse retroativa.



Então, a nossa argumentação jurídica é que um decreto não pode modificar uma lei. É basicamente esse o embasamento jurídico.

Com relação às nossas expectativas, ainda não temos nenhuma porque acabamos de encaminhar esse pedido, esse ofício ao Ministério de Minas e Energia. Acreditamos na lógica jurídica, agora estamos aguardando o posicionamento do Ministério de Minas e Energia.

CESP:

Com relação a provisões, no trimestre há ajuste de provisões trabalhistas e cíveis decorrentes de mudanças de expectativas de processos trabalhistas, que saiu de remoto, possível, para provável, e a gente imagina para os dois últimos trimestres um nível menor de provisão, além de provisões de baixas de RTE com prazo expirado de acordo com o que determina a ANEEL.

Estamos falando em provisões na faixa de R\$48 milhões, provisões de baixas de RTE aproximadamente R\$30 milhões, e outras provisões para liquidação de créditos duvidosos, que dá aproximadamente R\$8 milhões. Imaginamos desses R\$90 milhões um nível bem menor no próximo trimestre.

Maria Carolina Carneiro:

Está ótimo. Obrigada.

Eduardo Hayama, UBS Pactual:

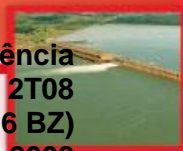
Bom dia a todos. Basicamente, eu queria entender um pouco a visão de vocês. Como vocês estão olhando essa questão dos leilões. O Governo está adiando os leilões agora, que seriam este mês, mudando para setembro. Teve leilão que deu máxima para previsão de estar bem aquém da oferta que ele estaria esperando. O que vocês imaginam que pudesse ser preço para longo prazo? O que vocês estão vendo de negócio que pode estar ocorrendo no mercado livre em função de todo esse stress que está aparentemente passando no mercado na parte da oferta. Esta seria a primeira pergunta.

A segunda pergunta é em relação a concessão. Caso o Ministério decida por não estender para 2024, existe algum plano B de estar pleiteando novamente aquele contrato de produtor independente ou mesmo seria mais aguardar o curso de trabalho determinando toda essa análise em relação à renovação de concessões no futuro. São estas perguntas. Obrigado.

CESP:

Começando pela segunda pergunta. Não há plano B. Nós basicamente encaminhamos dois pleitos ao Ministério de Minas e Energia, um arguindo que nós teríamos o direito adquirido com base na resolução da ANEEL 425, e o outro que eu acabei de mencionar.

Então, não há um plano B, nós estamos, na verdade, aguardando então uma decisão. Plano B, na minha maneira de ver, seria acionar por via judicial o Ministério de Minas e Energia e a União, com vistas a qualquer uma dessas duas argumentações jurídicas. Mas essa é uma decisão que ainda não foi tomada e será tomada no âmbito do



Governo do Estado de São Paulo, e ainda não foi tomada. Então, nós não temos plano B.

Com relação à primeira pergunta, nós estamos em uma posição de observador. Não temos nenhuma posição definida com relação aos próximos leilões. O que nós temos e que é o que norteia o nosso plano de longo prazo é um preço de energia a partir de 2013 em moedas de hoje em torno de R\$135 a R\$140 por MWh. Mas não temos uma posição, uma vez que nós não teremos participação ativa, não temos uma posição, nós estamos mais como espectadores.

Eduardo Hayama:

Está ótimo. Muito obrigado.

Sandro Tamashiro, Itaú:

Bom dia a todos. Mais é uma questão de esclarecimento. Eu queria entender, nessa ausência da solução da renovação do contrato de concessão, como está sendo sua política de reconstrução de energia? Vocês estão fazendo alguma coisa? Estão totalmente parados? Pelo menos até 2015 vocês estão totalmente contratados. O que vocês estão fazendo pelo longo prazo, e se os consumidores livres estão procurando vocês sabendo desse imbróglio ainda?

E você comentou desse preço mais elevado, o que seriam os prazos que os consumidores estão procurando? Prazos de cinco anos, dez anos, como é que está sendo isso?

CESP:

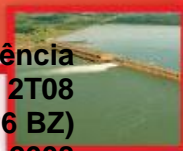
Nós estamos sendo procurados por outras geradoras, por consumidores livres procurando contratos em torno de dez anos. Nós ainda não tomamos uma decisão no âmbito da Empresa e principalmente Conselho de Administração com relação a vendas a partir de 2012. Nós teremos disponibilidade, alguma coisa em 2012 e muita energia a partir de 2013. Não tomamos ainda uma decisão porque achamos que primeiro seria bom aguardar um cenário mais claro com relação à renovação de concessões; e segundo lugar, porque também acreditamos que definição de preço está um pouco distante para se fazer um contrato que começasse, por exemplo, em 2013 até 2023. Mas estamos sendo procurados, sim, intensamente, por consumidores livres. E eu acho que partir dos leilões deste ano, já fica mais clara uma definição de preço. E aí então precisamos tomar a decisão se venderíamos energia para contratos de longo prazo ou ficaríamos com contratos de curto prazo, contratos de dois, três anos. Essa decisão não foi tomada, ainda.

Sandro Tamashiro:

Agora, caso vocês quisessem assinar esse contrato de 2013 a 2023, a ANEEL aceitaria esse tipo de contrato ou não? Vocês estariam irregulares?

CESP:

A pergunta é muito boa. E eu confesso que não tenho uma resposta. A ANEEL, a exemplo da CVM, não responde consultas previamente. Então, eu acho que a única forma de testar seria encaminhar à ANEEL um contrato para ser homologado, e aí nós



saberíamos, teríamos então um posicionamento. Mas não temos, não sabemos qual seria a reação da ANEEL.

Sandro Tamashiro:

OK. A segunda pergunta, com relação ainda a essas provisões mencionadas, dos R\$48 milhões, provisões cíveis e trabalhistas. Queria ter um pouco mais de detalhe, para ter uma noção se isso ainda pode ocorrer, em que situação isso ocorreu? Funcionários já desligados, funcionários muito antigos? Ter um pouco mais essa qualificação.

CESP:

No quadro que a gente mostra na nota 20 do ITE, a gente apresenta ali um saldo de provisões de acordo com os tipos de processo: cível, trabalhista e tributário. No 2T08, foram dois casos de processos maiores de sindicato, e esses processos falam no nível que for possível. Trimestralmente, a Empresa avalia os processos que o Jurídico nos informa, onde se um processo muda de um trimestre para outro de possível, não se faz provisão. Para o provável, a Empresa é obrigada a fazer provisão, até por prévias de auditoria e contabilidade.

A gente acredita que o nível de provisão para os próximos trimestres seja menor do que o que foi apresentado agora.

Sandro Tamashiro:

Mas o que eu estava querendo saber era a qualificação, se era de funcionários antigos que solicitaram equiparação salarial; que tipo de ação motivou esse provisionamento agora?

CESP:

Um caso é a periculosidade, que são vários empregados onde o sindicato moveu a ação. Então é um processo que a gente chama de processo grande. Iniciado há alguns anos, o processo vem andando, e a Empresa defendendo o seu lado, em termos dessa demanda.

CESP 2:

Não há outro processo igual a esse.

Sandro Tamashiro:

OK. E existe algum tipo de resquício? A Empresa foi acumulando, ficando com os empregados da Transmissão Paulista etc., esses funcionários mais antigos. Existem também casos, ações, em que esses novos funcionários trouxeram, incorporaram ao quadro da CESP?

CESP:

Não.



Sandro Tamashiro:

OK. Obrigado.

Carolina Dores, Morgan Stanley:

Boa tarde a todos. Com relação aos custos operacionais de vocês, mesmo tirando o efeito das maiores provisões, vocês apresentaram um aumento grande nas despesas de pessoal, cresceram 22% ano a ano e 15% comparado com o 1T, e também aumento na despesa de serviços de terceiros. Eu queria saber se esse é um novo patamar, tem alguma coisa não recorrente, se vocês têm um programa de controle de custos.

CESP:

O que aconteceu foi o seguinte: no caso do 2T07, nós não conseguimos encerrar o acordo coletivo, assinar o acordo coletivo, então só viemos a encerrar em novembro, quando houve uma decisão judicial, porque os sindicatos recorreram ao Tribunal Regional do Trabalho. Então, o aumento do ano passado só foi reconhecido a partir de novembro do ano passado.

Este ano, com a perspectiva da privatização, os sindicatos anteciparam a negociação e não houve discussão jurídica. Então, entre os dois trimestres tem dois aumentos considerados: o do ano passado, que só foi reconhecido a partir de novembro, e o deste ano, que já entrou a partir de 1º de junho. Esta é a grande diferença.

Carolina Dores:

E com relação aos serviços?

CESP:

Perdão. E mais uma outra explicação é a seguinte: ao longo dos últimos anos, com o término da construção de Porto Primavera, cada vez se imobiliza um valor menor de despesa pessoal, e essa despesa pessoal passa a ser contabilizada como despesa operacional. Então, tem dois efeitos e dois aumentos, e o encerramento da construção de Porto Primavera e, conseqüentemente, as despesas que antes eram ativadas, agora são despesas operacionais.

Carolina Dores:

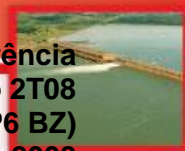
OK. Obrigada. Com relação a serviços, tem algum não-recorrente ou é um padrão mais alto? Porque também cresceu 19% no ano a ano.

CESP:

No trimestre, ele cresce 18%, está dentro da normalidade e conforme o orçamento previsto para o trimestre e ano.

Carolina Dores:

OK. Obrigada.

**Sergio Conti, Citibank:**

Bom dia a todos. A CESP, ao longo do 2T, reduziu a dívida bruta em cerca de R\$300 milhões, a dívida líquida em cerca de R\$200 milhões. Eu queria entender um pouco melhor qual é a expectativa da Companhia em relação ao vencimento de dívida até o final do ano, e eventual pagamento ou rolagem dessa dívida até o final de 2008. Obrigado.

CESP:

O período da dívida deste ano está praticamente controlado nesse sentido. Como nós temos a (28:19) de projetar o nosso EBITDA agora, uma vez que foi feito o equacionamento da nossa dívida, está dentro do nosso escopo de EBITDA, poder cobrir todo o nosso serviço da dívida.

Sergio Conti:

Ótimo. Muito obrigado.

Marcos Severine, Unibanco:

Bom dia a todos. Eu gostaria de retornar à questão da renovação das concessões. Há uns meses foi noticiado de forma oficiosa a possibilidade de que o Ministério de Minas e Energia responderia e ou apresentaria uma alternativa para essa questão dentro de uns 45, 60 dias. Eu sei que é um pouco difícil essa questão, mas qual seria a expectativa dos senhores em relação a uma decisão no que tange a renovação das concessões de geração?

Vocês esperam alguma coisa, realmente que o Ministério de Minas e Energia anuncie ainda este ano? A expectativa de vocês é que isso possa demorar um pouco mais, e talvez essa decisão final ocorrendo talvez no 1S09? Eu queria entender um pouco qual o sentimento de vocês em relação a esse possível cronograma para a renovação das concessões. Obrigado.

CESP:

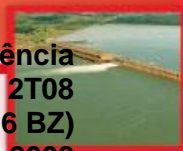
A nossa expectativa é que até o fim deste ano, o grupo de trabalho criado no âmbito do Governo Federal apresente uma solução para a renovação das concessões. Acreditamos também que com a renovação as soluções serão diferentes: geração, distribuição e transmissão. Nós não acreditamos em uma única lei para resolver os três problemas, nós acreditamos em legislações diferentes. E consequentemente, essa lei é encaminhada, a proposta de lei ia ser encaminhada ao Congresso e só deverá ser aprovada ao longo do 1S09. Essa é a nossa expectativa.

Marcos Severine:

Perfeito. Só para não ficar nenhuma dúvida: no caso de geração, especificamente, seria uma lei definindo a forma de renovação. E aí teria uma outra para transmissão e uma outra para a distribuição. É isso?

Cesp:

É isso mesmo.

**Marcos Severine:**

Perfeito. OK, obrigado.

Bruno Azevedo, Agência Leia:

Eu gostaria de perguntar para vocês um pouco mais sobre o perfil da dívida. Vocês falaram do atrelamento ao USD, que está bem baixo. Eu queria saber um pouco mais do prazo dessa dívida, como ela está alavancada, prazo médio, e também como está a retomada do processo de privatização. Quais são as próximas etapas e a expectativa?

CESP:

Quanto ao nosso serviço de dívida, eu diria o seguinte: em termos de valor, eu tenho 2009, que é um total de R\$977 milhões; 2010, R\$755 milhões; 2011, R\$725 milhões; 2012, R\$413 milhões; 2013, R\$722 milhões; 2014, R\$309 milhões; e após 2014, em torno de R\$1,861 bilhão. Esses que eu estou falando são os principais. Esse é o perfil da nossa dívida.

CESP 2:

Com relação à privatização, não há nenhuma novidade. No momento atual, nós estamos igual a como estávamos em março deste ano; não há nenhuma novidade e estamos aguardando uma definição do controlador.

Wellington Bahnemann, Agência Estado:

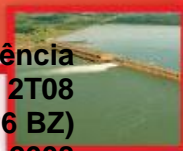
Bom dia a todos. Eu gostaria de pegar o gancho da renovação das concessões, em cima do que os senhores comentaram para os analistas. Minha primeira pergunta seria em relação a esse pedido de reconhecimento das concessões até 2024. Na época que a portaria do Ministério foi assinada em 2004, por que, no caso, a Companhia não pleiteou, entrou com um pedido de revisão desse documento, considerando a irregularidade que está sendo apresentada ao Ministério?

E a minha segunda pergunta é sobre a questão do grupo de trabalho. Uma das alternativas que o Governo tem comentado seria limitar o preço da energia ou direcionar essa energia para o mercado cativo, como uma compensação para renovação das concessões. Essa alternativa agrada a Companhia? Como vocês avaliam isso?

CESP:

Com relação à primeira pergunta, em 2004, a exemplo da maioria das geradoras, assinamos a toque de caixa as renovações dos contratos de concessão porque em 1º de janeiro de 2005 já estavam vencidos os contratos iniciais, e a Empresa não teria receita. E naquela época nós não tomamos nenhuma decisão com relação a essa renovação, o que não impede agora de repensarmos e reavaliarmos o problema, e entender que cabe essa demanda.

Agora, com relação à renovação e as condições da renovação, porque pode-se pensar em uma renovação como uma obrigação de convencer mercado regulado, pode se



pensar em uma renovação com algum outro tipo de custo; por exemplo, um uso do bem público ou algo parecido.

Então, nós não temos ainda uma posição, porque, primeiro, vai ser uma solução para todas as geradoras; e em segundo lugar, porque acreditamos piamente que no momento certo haverá a audiência pública e será o momento das geradoras. E eu entendo que o ideal seriam as geradoras, como um todo, através da Abrage, se manifestarem com relação ao modelo que viesse a ser apresentado.

Wellington Bahnemann:

OK. Muito obrigado.

Roberto Francelino, Brasil Energy:

Bom dia. Eu queria que vocês esclarecessem melhor o entendimento jurídico que vocês têm que permitiria essa renovação dos contratos de concessão das hidrelétricas. De qual decreto, de qual lei vocês se referem quando falam que o decreto está modificando uma lei, que vocês entendem que isso não é legal?

CESP:

O embasamento jurídico é a lei 9.074, e o decreto é o 1.717 de 24/11/95.

Roberto Francelino:

OK. Obrigado.

Operadora:

Obrigada. Encerramos, neste momento, a sessão de perguntas e respostas. Gostaria de passar a palavra à CESP, para suas considerações finais.

CESP:

Gostaria de agradecer a presença de todos nesta teleconferência para a discussão dos resultados referentes ao 2T08 da nossa Companhia, e convido a todos a participar da nossa próxima teleconferência a respeito do 3T e dos próximos três meses. Muito obrigado, e bom dia.

Operadora:

A teleconferência da CESP está encerrada. Gostaríamos de agradecer a participação de todos, e tenham um bom dia.

“Este documento é uma transcrição produzida pela MZ. A MZ faz o possível para garantir a qualidade (atual, precisa e completa) da transcrição. Entretanto, a MZ não se responsabiliza por eventuais falhas, já que o texto depende da qualidade do áudio e da clareza discursiva dos palestrantes. Portanto, a MZ não se responsabiliza por eventuais danos ou prejuízos que possam surgir com o uso, acesso, segurança, manutenção, distribuição e/ou transmissão desta transcrição. Este documento é uma transcrição simples e não reflete nenhuma opinião de investimento da MZ. Todo o conteúdo deste documento é de responsabilidade total e exclusiva da empresa que realizou o evento transcrito pela MZ. Por favor, consulte o website de relações com investidor (e/ou institucional) da respectiva companhia para mais condições e termos importantes e específicos relacionados ao uso desta transcrição.”